

## **CARLOS, ANTÔNIO**

\*dep. fed. MG 1911-1917; min. Faz. 1917-1918; dep. fed. MG 1919-1925; sen. MG 1925-1926; pres. MG 1926-1930; rev. 1930; const. 1934; dep. fed. MG 1935-1937.

*Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* nasceu em Barbacena (MG) no dia 5 de setembro de 1870, filho de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e de Adelaide Feliciano Duarte de Andrada. Seu pai, também conhecido como o “segundo Antônio Carlos”, fundou o ramo mineiro da família Andrada ao transferir-se de Santos (SP), onde nascera, para Barbacena, por motivo de saúde. Além de advogado e juiz municipal nessa cidade, foi deputado geral por Minas Gerais em 1884 e senador estadual em 1891.

Seu avô paterno, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, ao lado dos irmãos José Bonifácio de Andrada e Silva e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, integrou a família mais proeminente no processo de independência do Brasil e dos primeiros tempos da monarquia. Netos do português José Ribeiro de Andrada, que se radicou em Santos em 1678, os três irmãos foram personalidades de primeiro plano na emancipação do Brasil de Portugal. Enquanto José Bonifácio, o Patriarca da Independência, organizou o ministério de janeiro de 1822 e liderou a pressão junto ao futuro dom Pedro I para a conquista da independência, e Antônio Carlos, grande orador, foi deputado às cortes portuguesas em 1821, constituinte em 1823 e figura de proa no golpe de Estado que proclamou a maioria de Pedro II, Martim Francisco foi ministro da Fazenda em julho de 1822, constituinte em 1823, deputado geral por Minas de 1830 a 1833 e mais uma vez ministro da Fazenda após a maioria de dom Pedro II. De seu casamento com sua sobrinha Gabriela Frederica Ribeiro de Andrada, filha de José Bonifácio, nasceram, além do “segundo Antônio Carlos”, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, deputado geral por São Paulo de 1861 a 1868 e de 1878 a 1886, ministro de Estrangeiros em 1866 e da Justiça de 1866 a 1868 e conselheiro de Estado em 1879, e José Bonifácio de Andrada e Silva, também deputado geral por São Paulo de 1861 a 1868 e em 1878, senador em 1878 e ministro da Marinha em 1862 e do Império em 1864.

A mãe de Antônio Carlos era filha de um grande proprietário de terras mineiro, dono da fazenda da Borda do Campo, fundador do município de Santos Dumont, próximo a Barbacena. Era também irmã de José Rodrigues de Lima Duarte, o visconde de Lima Duarte, senador e ministro da Marinha de 1881 a 1882, e bisneto de José Aires Gomes, um

dos inconfidentes mineiros.

Dos irmãos de Antônio Carlos, destacou-se também na política José Bonifácio de Andrada e Silva, que foi deputado federal por Minas Gerais de 1899 a 1930 e depois embaixador do Brasil em Lisboa (1931) e em Buenos Aires (1933-1937).

Antônio Carlos fez os estudos primários e secundários em sua cidade natal, no Colégio Abílio, de Abílio César Borges, barão de Macaúbas. Em 1887 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde teve como colega de turma outro mineiro de família tradicional que se projetaria na vida política do país, Afrânio de Melo Franco.

Na faculdade, aderiu à causa republicana, fundando o Clube Republicano dos Estudantes Mineiros e filiando-se ao Clube Republicano Acadêmico. Foi também redator do jornal *Vinte e Um de Abril*. Diplomou-se em 1891 e no mesmo ano transferiu-se para Ubá (MG), onde foi nomeado promotor público. De Ubá, passou para Palma (MG), onde foi juiz municipal.

Em 1894, instalou-se como advogado em Juiz de Fora, a cidade mais importante da Zona da Mata mineira, e também a mais importante nas proximidades de Barbacena. Por concurso, tornou-se professor de história geral e de economia política da Escola Normal de Juiz de Fora, lecionando também direito comercial na Academia de Comércio local. Ingressou na política através do jornalismo, em 1896, ao se tornar diretor proprietário do *Jornal do Comércio* de Juiz de Fora, único órgão diário do estado além do jornal oficial publicado na então capital, Ouro Preto. Nessa época, foi eleito vereador e vice-presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Em 1899, casou-se com Julieta de Araújo Lima Guimarães, filha de Domingos Custódio Guimarães, barão do Rio Preto, e bisneta de Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda, constituinte em 1823, deputado geral, senador, várias vezes ministro do Império e quatro vezes presidente do Conselho de Ministros entre 1848 e 1865.

Embora ligado aos interesses da Zona da Mata, Antônio Carlos se tornaria na política mineira, segundo Afonso Arinos de Melo Franco na coletânea *Antônio Carlos: o Andrada da República*, um representante da “velha cultura mineradora” do estado. Mais liberal do que autoritária, essa cultura se opunha ao grupo ligado à “nova economia, agrícola e pioneira [do] café da Zona da Mata”, ao qual pertenciam, entre outros, Artur Bernardes, Raul Soares e Carlos Peixoto.

## O ESPECIALISTA EM FINANÇAS PÚBLICAS

Com a eleição de Francisco Sales para a presidência de Minas Gerais, Antônio Carlos foi convidado a ocupar a Secretaria de Finanças do estado, assumindo o cargo ao inaugurar-se o novo governo, em 7 de setembro de 1902.

O principal setor da economia estadual era o café, concentrado na Zona da Mata, seguido da pecuária, desenvolvida no Sul mineiro. A instabilidade caracterizava as finanças do estado, já que a principal fonte de receita pública era o imposto de exportação, baseado na produção e comercialização do café. Qualquer alteração dos preços do café nos mercados internacionais refletia-se violentamente no total da arrecadação tributária.

A política executada por Antônio Carlos na Secretaria de Finanças foi de contenção drástica das despesas públicas, de estímulo à produção agropecuária e de redistribuição da tributação, com a criação do imposto sobre o valor das transações comerciais internas, que evitou novas quedas na arrecadação tributária. Em substância, essa política representava a continuidade em relação ao governo anterior, de Silviano Brandão, homem ligado, como Francisco Sales, aos interesses do Sul, onde o café era a segunda fonte de riqueza e não a primeira, como na Zona da Mata.

Mas o estado de Minas Gerais como um todo era regido pelos interesses cafeeiros — não só os locais, como os de São Paulo, que comandavam a economia nacional. Ainda na Secretaria de Finanças, em fevereiro de 1906, Antônio Carlos participou das negociações que conduziram à assinatura do Convênio de Taubaté. Assinado pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, esse acordo destinava-se a evitar uma grave crise decorrente da superprodução de café, que não se conseguira impedir. Comprando estoques, os três governos garantiam aos produtores um preço mínimo, superior ao que decorreria do excesso de oferta do produto no mercado mundial.

O Convênio de Taubaté inaugurou uma política, posteriormente encampada pelo governo federal, de intervenção direta no mercado do café. Era a política dita de valorização do café. Como escreveu John Wirth na *História geral da civilização brasileira*, o governo mineiro não tinha praticamente outra opção, porque os cafeicultores do estado produziam cafés de tipo inferior e altos custos, e não teriam sobrevivido no mercado mundial sem a sustentação de um preço mínimo. Entretanto, “é evidente que a valorização tirou o caráter de urgência

dos esforços para desenvolver novos produtos estaduais”.

Ainda em 1906, Antônio Carlos foi também prefeito de Belo Horizonte, capital do estado desde 1898. Findo o governo de Francisco Sales em 7 de setembro daquele ano, voltou para Juiz de Fora. Em 1907, foi eleito senador estadual e vereador nessa cidade, de cuja Câmara Municipal foi escolhido presidente, tornando-se também, conseqüentemente, agente executivo (o equivalente ao atual prefeito) da cidade.

Sua passagem para a política de âmbito nacional deu-se em 1911, quando foi eleito, na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM), partido único no estado entre 1897 e 1930, deputado federal para preencher a vaga aberta no ano anterior com a renúncia de Artur Bernardes, nomeado para a Secretaria de Finanças de Minas Gerais. Na Câmara dos Deputados, foi escolhido, logo após a sua posse, para integrar a Comissão de Finanças, a mais importante da época, e designado relator do orçamento da receita. Reeleito em janeiro de 1912, elaborou os pareceres justificativos do orçamento da receita em 1912, 1913 e 1914. Em 1914, com a ida de Venceslau Brás — político do Sul de Minas — para a presidência da República, foi designado líder da maioria na Câmara dos Deputados e presidente da Comissão de Finanças.

Novamente eleito para a Câmara dos Deputados em 1915, exerceu a liderança da maioria e a presidência da Comissão de Finanças até setembro de 1917, quando foi nomeado ministro da Fazenda de Venceslau Brás, em substituição a João Pandiá Calógeras. Essa nomeação teve o sentido de compensar a designação de Artur Bernardes para governar Minas Gerais de 1918 a 1922, feita pelo PRM ainda em 1917, quando Antônio Carlos teve sua candidatura ao governo do estado patrocinada, sem êxito, por Venceslau.

Pandiá Calógeras adotara no Ministério da Fazenda, em meio a uma crise econômico-financeira agravada pela Primeira Guerra Mundial, medidas de combate aos desvios de dinheiro e à corrupção que existia nas alfândegas, e de restrição aos desperdícios orçamentários e às facilidades na aplicação das verbas federais, o que lhe valeu a oposição dos políticos que tinham no orçamento um apoio eleitoral. Aumentara também o imposto de consumo, atingindo as camadas mais pobres da população. Devido à agressiva campanha desfechada contra sua gestão, mas que o atingia pessoalmente, pediu demissão.

Impossibilitado de angariar recursos no exterior, em virtude dos termos do empréstimo de consolidação da dívida externa brasileira (*funding loan*) negociado pelo governo de Hermes

da Fonseca, e ainda por causa da guerra que se desenvolvia na Europa, o governo de Venceslau Brás vira-se na contingência de realizar emissões monetárias para fazer face aos problemas financeiros do governo e às dificuldades da agricultura de exportação, provocados pela queda dos preços do café.

Ao assumir a pasta da Fazenda em setembro de 1917, Antônio Carlos continuou a aplicar a política que estivera a cargo de Calógeras, e que consistia também em reduzir os déficits na execução do orçamento federal produzidos pelo declínio da principal fonte de receita, o imposto de importação. Realizou reformas aperfeiçoando a fiscalização da receita pública e aprovou nova regulamentação referente aos impostos de consumo e de renda. Reteve no país a produção de ouro, mediante contrato com as companhias de mineração estipulando que o Tesouro nacional compraria tudo o que fosse produzido. Ainda em 1917, destinou 120 mil contos de réis à aplicação da política de valorização do café em São Paulo.

Deixou o Ministério da Fazenda em 1º de novembro de 1918, duas semanas antes do fim do governo de Venceslau Brás, para se desincompatibilizar e poder se reeleger deputado federal. Nessa ocasião, aceitou convite para ser membro do conselho da Companhia Sul América de Seguros, tornando-se pouco depois um de seus diretores.

Sempre eleito na legenda do PRM, Antônio Carlos retornou à Câmara dos Deputados em maio de 1919 e reassumiu a presidência da Comissão de Finanças, na qual permaneceu até 1923, contracenando sobretudo com o deputado paulista Cincinato Braga, depois ministro da Fazenda de Artur Bernardes (1922-1926). Ainda em 1923, publicou *Bancos de emissão no Brasil*, livro que teve muita repercussão e no qual defendia, em nome de princípios clássicos, a redução do meio circulante.

## NO GOVERNO ARTUR BERNARDES

Em 1924, Antônio Carlos voltou a ocupar a liderança da maioria na Câmara dos Deputados, cabendo-lhe defender a política autoritária e repressiva do presidente Bernardes, às voltas com o generalizado e persistente descontentamento da opinião pública e com os movimentos tenentistas armados. Designando para esse posto um de seus rivais no PRM, que já ocupara a liderança da bancada mineira por imposição de Raul Soares (presidente do estado de 1922 a 1924), Bernardes se fortaleceu na arena federal, pois contrapunha a seus adversários a união da política mineira.

Coube a Antônio Carlos, em meados de 1925, submeter ao presidente de São Paulo, Carlos de Campos, e por intermédio deste ao Partido Republicano Paulista (PRP), o nome escolhido por Bernardes e pelo PRM para ser o próximo presidente da República: Washington Luís. Essa escolha já se havia definido na verdade em 1921, quando as oligarquias paulista e mineira examinaram a sucessão de Eptácio Pessoa (1919-1922) e escolheram o nome de Bernardes, estabelecendo um acordo tácito no sentido de que o sucessor deste seria, no quadriênio 1926-1930, o então presidente de São Paulo, Washington Luís (1920-1924). Segundo a política dos acordos “café com leite”, tratava-se naquele momento de restabelecer a alternância de presidentes saídos do PRP ou do PRM, interrompida com a eleição do paraibano Eptácio Pessoa para a chefia do governo federal. Por outro lado, nessa mesma sistemática estava inscrita a volta de Minas à presidência da República, a partir de 1930, presumivelmente através do próprio Antônio Carlos.

No mesmo ano de 1925, Antônio Carlos foi eleito para o Senado por seu estado, e nesta casa do Congresso foram encontrá-lo as articulações para a sucessão de Fernando de Melo Viana (1924-1926) na presidência de Minas Gerais. Melo Viana, o sucessor do falecido Raul Soares, foi a única figura importante da política mineira a contestar a candidatura de Washington Luís, emitindo declarações de cunho democratizante e, nessa medida, críticas em relação ao governo de Bernardes. Mas este lhe ofereceu a vice-presidência na chapa de Washington Luís e conseguiu, assim, reincorporá-lo ao esquema situacionista, aplainando as discrepâncias.

A contrapartida do resgate de Melo Viana foi a aceitação, por Bernardes, da candidatura de Antônio Carlos ao governo de Minas, homologada pela comissão diretora do PRM — conhecida como a “Tarasca” — em setembro de 1925, poucos dias depois da oficialização da chapa Washington Luís-Melo Viana. Tal escolha completava a unificação do partido naquele período de definição dos nomes dos futuros presidentes do país e de Minas Gerais. Ainda em 1925, Antônio Carlos representou o Brasil no Congresso de Finanças, em Londres, e no Congresso Parlamentar realizado em Genebra, na Suíça.

Em março de 1926, foi eleito para a presidência de Minas, juntamente com Alfredo Sá (vice-presidente), sem concorrentes. Sua vaga no Senado seria preenchida, no ano seguinte, por Artur Bernardes.

## NA PRESIDÊNCIA DE MINAS GERAIS

Tomando posse em 7 de setembro de 1926, Antônio Carlos chegou à presidência de seu estado aureolado pela fama de hábil e experimentado parlamentar, “o mais consagrado manobrista político, habituado a conviver com os contrários, removedor de dificuldades (...) mágico da elaboração de fórmulas”, de quem se dizia ser capaz de “tirar as meias sem tirar os sapatos”, segundo Dário de Almeida Magalhães na publicação *Digesto Econômico*. Barbosa Lima Sobrinho não lhe negaria a notória “inteligência arguta, ágil, sutil”, mas acrescentaria, crítico: “Faz lembrar as épocas de decadência, em que costumam florescer espíritos assim, flutuantes, indecisos, céticos, requintados, divertindo-se com a palavra em exercícios de pura prestidigitação verbal.”

O novo presidente de Minas nomeou para a Secretaria do Interior o deputado federal Francisco Campos, que se tornaria o mais influente de seus auxiliares no governo; para a Secretaria de Finanças, Gudesteu de Sá Pires, que deixaria o cargo em novembro de 1929 para concorrer à Câmara dos Deputados, sendo então substituído por José Bernardino Alves Júnior; para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas, o veterano deputado federal e líder da maioria Augusto Viana do Castelo, que ainda em novembro de 1926 foi nomeado ministro da Justiça de Washington Luís, sendo substituído por Djalma Pinheiro Chagas. Finalmente, para a Secretaria de Segurança e Assistência Pública, que não existia anteriormente e foi extinta ao encerrar-se seu governo (para ressurgir somente em 1956), nomeou José Francisco Bias Fortes, substituído em outubro de 1929, em meio à campanha para a sucessão de Washington Luís, pelo deputado federal Odilon Braga.

Do governo de Antônio Carlos em Minas se apresenta geralmente um saldo bastante positivo, em comparação com outras administrações do período e, sobretudo, com os governos de seus antecessores. Há entretanto quem julgue, como Barbosa Lima Sobrinho, que suas realizações foram motivadas pelo afã de projetar nacionalmente seu nome tendo em vista a sucessão de Washington Luís, e ganharam destaque, na verdade, graças a um bem montado esquema de publicidade.

De toda forma, foi grande o contraste, no plano político, entre a atitude de Antônio Carlos em Minas Gerais — liberal e tendendo ao conagraamento das várias correntes do PRM — e o desempenho da bancada mineira na Câmara dos Deputados, a qual, obedecendo ao seu

comando (e sob a liderança de seu irmão José Bonifácio), apoiou integralmente a ação do presidente da República, até a eclosão da crise sucessória, na segunda metade de 1929. Assim, a bancada mineira — de longe a maior, com seus 37 deputados — acatou a recusa da anistia aos revolucionários de 1922 e 1924, prometida por Washington Luís antes de sua posse, e defendeu a aprovação, em agosto de 1927, do projeto Aníbal de Toledo, que deu origem à chamada Lei Celerada, responsável pelo reinício de rigorosa censura à imprensa e outras formas de cerceamento à liberdade de expressão. Antônio Carlos justificava esse comportamento, segundo Virgílio de Melo Franco, pela necessidade de evitar pretextos à desconfiança ou hostilidade do governo da União.

Ainda no curso de seu governo, Antônio Carlos modernizou a ferrovia do Sul de Minas (Rede Sul Mineira) e iniciou a implantação da estrada de ferro de Paracatu. Promoveu melhoramentos nas estâncias hidrominerais do estado, especialmente em Poços de Caldas. Belo Horizonte, cuja evolução urbana vinha se arrastando desde o início do século e sofrera uma aceleração a partir de 1922, conheceu também em seu quadriênio, com Cristiano Machado à frente da prefeitura, um surto de desenvolvimento considerável.

No terreno econômico-financeiro, sua política não ofereceu novidades substanciais em relação ao que se vinha fazendo: apoio ao café e à pecuária da Zona da Mata e do Sul. As crônicas dificuldades orçamentárias do estado diminuíram, na medida em que aumentaram os rendimentos do Tesouro estadual: em 1928, eles haviam atingido 180 mil contos de réis, contra menos da metade (70 mil contos de réis) em 1923. Contribuiu para tanto a diversificação da tributação. Segundo John Wirth, Antônio Carlos foi o primeiro governante mineiro, desde a introdução do imposto territorial em 1901, a “transferir um quinhão mais significativo do encargo fiscal para os proprietários de imóveis rurais”.

Em 1928, o imposto territorial se elevou a 9,3% das rendas do estado (contra 5 a 6% anteriormente), para chegar em 1933, no governo seguinte, a 15,8%.

Antônio Carlos também não contraiu dívidas de monta, elevando-se o serviço anual da dívidas consolidada do estado em 1928 a apenas 9% da receita arrecadada. Na verdade, ao final do governo restariam apenas as dívidas assumidas por Minas para cumprir sua parte ao lado do Rio Grande do Sul e da Paraíba na conspiração que resultaria na Revolução de 1930.

Seguindo em Minas a política de Washington Luís, Antônio Carlos facilitou a assinatura do



contrato da Itabira Ore Company, que vinha sendo tentada pelo empresário norte-americano Percival Farquhar desde 1920, quando Artur Bernardes, na presidência do estado, lhe criara incontornáveis obstáculos. Mas o projeto de exploração de minério de ferro de Farquhar acabaria tendo sua efetivação definitivamente impedida após a Revolução de 1930, durante o governo do presidente Getúlio Vargas.

Foi no setor educacional que o governo de Antônio Carlos teve atuação mais notável. Em setembro de 1927, foi criada em Belo Horizonte a Universidade de Minas Gerais (atual Universidade Federal de Minas Gerais). O secretário do Interior, Francisco Campos, dirigiu, em experiência pioneira no país, a renovação de todo o ensino primário e normal do estado, segundo os postulados da “escola nova”, que haviam chegado ao Brasil, através de educadores como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, após a Primeira Guerra Mundial. Francisco Campos e um grupo de psicólogos e professores estrangeiros traçaram todo um plano de reforma do ensino, do qual resultou, notadamente, a criação da Escola de Aperfeiçoamento, destinada a formar e reciclar educadores na linha da “escola nova”. O número de escolas primárias foi triplicado entre 1926 e 1929, quando mais de quinhentos mil alunos (para uma população em torno de seis milhões de habitantes) as frequentavam. Em 1928, provocando alguma celeuma nos meios políticos e angariando a simpatia da Igreja Católica, Antônio Carlos reintroduziu o ensino religioso nas escolas públicas.

Foi ainda no terreno político que seu governo se notabilizou, com a reforma que instituiu o voto secreto nas eleições municipais e estaduais. Em setembro de 1927, e era a primeira vez que isso acontecia na história do país, essa modalidade de sufrágio foi introduzida em Minas Gerais. Regulamentada em abril de 1928, a lei foi logo aplicada em três eleições municipais e para o preenchimento de duas vagas, no Senado mineiro, ainda no mesmo ano.

A instituição do voto secreto estava de fato implícita na plataforma de governo com que Antônio Carlos se apresentara ao eleitorado mineiro, em 1926: “É indispensável que nos inspiremos na sadia lição que aponta o voto livre como sendo o único meio eficaz para prevenir e debelar, pacificamente, ainda as mais graves crises políticas.” A plataforma exaltava também a autonomia dos poderes legislativo e judiciário, condenando a “tendência usurpadora do Poder Executivo”, o qual, “intervindo, ainda que dissimuladamente, na esfera desses outros poderes (...) diminui e desmerece o prestígio moral do regime”.

Contemplando os direitos oposicionistas, a pregação liberal de Antônio Carlos era: “Manterei, imprescritivelmente, a maior tolerância diante das opiniões contrárias, estimando na sã oposição o valioso papel de eficaz colaboradora na ação dos governos.” O corolário desse pensamento exposto em 1926, contrário às idéias e à prática que marcaram o governo de Washington Luís, seria depois resumido na frase mais conhecida de Antônio Carlos: “Façamos a revolução antes que o povo a faça.”

### NA CAMPANHA DA ALIANÇA LIBERAL

Quanto mais aplicava em Minas — com os condicionamentos e a mentalidade da época — essa política, tanto mais Antônio Carlos se afastava do situacionismo federal, a despeito da postura cordata da bancada mineira na Câmara dos Deputados.

Avolumaram-se, ao mesmo tempo, os conflitos entre uma política federal baseada na defesa dos interesses cafeeiros paulistas e as aspirações dos grupos dominantes em outros estados importantes. Desde as sucessões de Delfim Moreira (1919) e Epitácio Pessoa (1922) estava em curso, embora lento e sinuoso, mas real, um processo de estiolamento da política de predomínio concertado de São Paulo e Minas Gerais, levando a reboque um Rio Grande do Sul frequentemente contrariado.

Mas o que acelerou tal processo, conduzindo à cisão definitiva das oligarquias que dominaram a Primeira República e à derrubada do quadro institucional de 1891, foi, mais uma vez, a questão sucessória. Foi em torno da escolha do sucessor de Washington Luís que se condensaram as contradições entre a política oficial e as instituições, de um lado, e a situação real da sociedade e da economia, de outro.

Com sua argúcia, Antônio Carlos percebeu que Washington Luís não respeitaria a rotina dos acordos “café com leite”. Em maio de 1927, o presidente da República impôs o nome de seu líder na Câmara dos Deputados, Júlio Prestes, para concorrer pelo PRP à presidência de São Paulo, que ficara vaga com o falecimento de Carlos de Campos e a subsequente renúncia do vice-presidente, Fernando Prestes, pai do próprio Júlio Prestes. Eleito em junho, com a preterição de velhos e prestigiosos nomes do PRP (o que revelava a obstinação de Washington Luís em promovê-lo), Júlio Prestes assumiu em julho a presidência de São Paulo.

Ao iniciar-se o ano de 1928, já havia fortes indícios de que Washington Luís se fixaria na

candidatura de seu protegido Júlio Prestes, entre outras razões, para garantir a continuidade, no quadriênio seguinte, da linha mestra de seu governo, a política monetária de retorno ao padrão ouro e de fixação da taxa de câmbio acima dos índices do mercado, favorecendo as exportações.

Vários episódios foram marcando a hostilidade entre os presidentes da República e de Minas. Antônio Carlos não custou a entender que, vetada pelo palácio do Catete, sua candidatura se tornava praticamente inviável. Viável seria, entretanto, resistir à imposição de Júlio Prestes, com a apresentação de um forte candidato oposicionista.

As cisões nos grupos dominantes estaduais tinham adquirido expressão partidária com a criação do Partido Democrático paulista e da Aliança Libertadora gaúcha. Essas agremiações usaram as eleições de fevereiro de 1927, em seus respectivos estados, para denunciar os métodos antidemocráticos vigentes. Em setembro do mesmo ano, foi criado no Rio o Partido Democrático Nacional, fusão dos democráticos paulistas com os libertadores gaúchos, os quais, em março de 1928, transformaram a Aliança no Partido Libertador (PL) do Rio Grande do Sul.

Para que as oposições pudessem pensar em eleger um presidente da República, era necessário que se unissem aos partidos republicanos dos grandes estados. Em Minas, Antônio Carlos, seu irmão José Bonifácio e o deputado Afrânio de Melo Franco, figuras de relevo do PRM, compreenderam o problema. No Rio Grande do Sul, João Neves da Fontoura, líder da bancada do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) na Câmara, chegou à mesma conclusão no início de 1929, acompanhando assim o pensamento do chefe histórico do partido e ex-presidente do estado durante longos anos, Antônio Augusto Borges de Medeiros.

Não havia, em perspectiva, maiores problemas para manter o PRM unido nessa direção. Já no Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, que deixara o Ministério da Fazenda de Washington Luís para assumir a presidência do estado em janeiro de 1928, praticava uma política de tolerância em face da forte oposição libertadora local, chefiada por Joaquim Francisco de Assis Brasil. Caberia ao situacionismo mineiro favorecer o entendimento dos tradicionais adversários gaúchos. E isto seria tanto menos difícil na medida em que se designasse, como candidato oposicionista, um político gaúcho. Getúlio Vargas seria esse candidato. Foi com essa visão que Antônio Carlos autorizou José Bonifácio e Afrânio de Melo Franco a

entrarem em contato com João Neves, o grande articulador da unidade gaúcha respaldada por Minas.

Washington Luís queria, em desacordo com a praxe republicana, que o problema da sucessão presidencial só fosse introduzido no debate político nacional a partir de setembro de 1929, seis meses antes das eleições, marcadas para 1º de março de 1930. Em junho, porém, a questão foi suscitada no Congresso Nacional, e o secretário de Segurança de Minas, José Francisco Bias Fortes, abordou-a em discurso numa cerimônia oficial. No dia 17, as negociações entre Minas e o Rio Grande do Sul foram traduzidas num acordo secreto, assinado por Francisco Campos e José Bonifácio, representantes de Antônio Carlos, e João Neves, representante de Vargas e de Borges de Medeiros. Pelo acordo, que ficou conhecido como o Pacto do Hotel Glória, os dois estados apoiariam a candidatura de um mineiro que viesse a ser proposta por Washington Luís, mas, no caso de o presidente propor um candidato de qualquer outro estado, Minas o recusaria e lançaria um nome gaúcho — Borges de Medeiros ou Getúlio Vargas. Embora não fosse ignorada uma remotamente hipotética candidatura de Antônio Carlos, o sentido principal do pacto foi o de repudiar o nome de Júlio Prestes.

Em julho, Getúlio Vargas e Antônio Carlos trocaram cartas com Washington Luís a propósito do problema sucessório. Getúlio revelou a um incrédulo presidente da República que era candidato, com o apoio de Minas. Em 30 de julho, a comissão executiva do PRM aprovou por unanimidade os nomes de Vargas e de João Pessoa, presidente da Paraíba, para concorrer à presidência e à vice-presidência da República. No início de agosto, a oposição libertadora do Rio Grande do Sul deu-lhes seu apoio, sendo criada a Frente Única Gaúcha (FUG). O passo seguinte foi a criação da Aliança Liberal, coligação oposicionista de âmbito nacional. O programa da Aliança Liberal propunha a concessão de uma anistia ampla a todos os presos políticos, processados e perseguidos desde o 5 de julho de 1922, e ainda, capitaneando uma série de reformas políticas, o voto secreto. Sob a presidência de Antônio Carlos, a Aliança Liberal realizou sua convenção nacional em 20 de setembro de 1929, no Rio, homologando as candidaturas de Vargas e João Pessoa.

Segundo Bóris Fausto, “quando a Aliança Liberal se estabeleceu, como arma de pressão (junto à burguesia do café) aberta a todo tipo de conciliações”, não teve condições de contrapor ao *status quo* um novo rumo econômico e social, “além de tímidas referências à

necessidade de diversificação econômica”, restando-lhe apenas erguer a bandeira das reformas políticas.

Como Vargas, Antônio Carlos fez questão de dizer que, vitoriosa a oposição, a política do café não seria modificada. Em entrevista concedida ao *Diário Nacional* de São Paulo em agosto de 1929, insistiu nesse aspecto, lembrando sua própria atuação pregressa e garantindo que a atitude de Vargas coincidiria “inteiramente com as diretrizes e com a atuação que a mentalidade paulista, com inteiro acerto, tem ditado aos seus dirigentes”. Repeliu as acusações de regionalismo dirigidas a Minas e ao Rio Grande do Sul e esclareceu que a formação da Aliança Liberal tinha como motivo primordial “contestar ao presidente da República o direito de servir-se do poder para, à revelia da manifestação livre das forças políticas, eleger o seu sucessor”. Como sugere João Camilo de Oliveira Torres, “fazer” seu sucessor era um direito que competia a Washington Luís, mas não pessoalmente, e sim “como chefe da política nacional”, considerando “a posição e os interesses dos condes eleitores, isto é, os governadores dos grandes estados e certas figuras de projeção”. Mais adiante, em telegrama a Epitácio Pessoa datado de novembro de 1929, Antônio Carlos definiria a Aliança Liberal como “movimento cívico que propugna para a soberania popular o livre exercício do direito de escolha do supremo magistrado da nação”. A política mineira não entrou unida na campanha da Aliança Liberal. De início, Washington Luís conseguiu recrutar, para a campanha do candidato oficial Júlio Prestes, o ministro da Justiça, Viana do Castelo, e o diretor da Carteira Comercial do Banco do Brasil, Manuel de Carvalho Brito, ligado à política do estado. Outro problema era a candidatura do vice-presidente da República, Melo Viana, à sucessão de Antônio Carlos. O presidente de Minas não queria essa candidatura, não queria candidatura alguma que não significasse a continuidade de sua política. No dia 18 de outubro de 1929, teve início uma série de reuniões da comissão executiva do PRM para examinar o problema.

A manobra de Melo Viana consistiu em vetar todos os nomes sugeridos e dizer que só aceitaria os de Venceslau Brás ou Artur Bernardes, porque sabia que um não aceitava o nome do outro. Antônio Carlos, aproveitando-se do impasse criado pelo entrechoque das três candidaturas, avançou como solução conciliatória o nome do septuagenário Olegário Maciel, presidente do Senado estadual. Para vice-presidente, propôs a candidatura de Pedro Marques de Almeida, presidente da Assembleia Legislativa e seu genro. Com Olegário na

presidência de Minas, calcularam todos, a disputa pela hegemonia na política estadual permaneceria em aberto, já que ele não dispunha mais de condições para exercer o comando efetivo do PRM e da própria máquina administrativa. E se ele falecesse no curso do mandato, hipótese bastante plausível, o beneficiado seria Antônio Carlos, com a ascensão de Pedro Marques.

As duas candidaturas propostas por Antônio Carlos foram aprovadas na madrugada do dia 22 de outubro pela “Tarasca”. Imediatamente, Melo Viana, percebendo a extensão de sua derrota, retirou-se da reunião e rompeu com o partido, seguido pelo vice-presidente do estado, Alfredo Sá. Com mais cinco deputados federais e vários congressistas estaduais, integraram-se depois na Concentração Conservadora, movimento criado em Minas sob a presidência de Carvalho Brito para apoiar Júlio Prestes.

Outra consequência da cisão no PRM foi o início do conflito entre os Andradas e os Bias Fortes em Barbacena, onde a partir de então as duas famílias passaram a disputar a hegemonia da política municipal. José Murilo de Carvalho mostrou, em artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, que até então as duas famílias eram “aliadas e amicíssimas”. José Francisco Bias Fortes, nomeado em 1926 por Antônio Carlos para a Secretaria de Segurança por influência de seu irmão José Bonifácio, apoiou a pretensão de Melo Viana ao governo de Minas e, quando este aderiu à Concentração Conservadora, acompanhou-o, pedindo demissão de seu cargo no dia 28 de outubro de 1929. Após a vitória da Revolução de 1930, a nomeação de um Andrada para a prefeitura de Barbacena exacerbava o conflito, conferindo-lhe conotações de violência política e mesmo policial. Com o Estado Novo em 1937, as posições se inverteriam, indo Bias Fortes para a prefeitura e passando os Andradas à condição de oposicionistas perseguidos. Depois de 1945, a luta se travaria nas urnas, sem a violência de antes, com a alternância do Partido Social Democrático (PSD), dos Bias, e da União Democrática Nacional (UDN), dos Andradas.

Por outro lado, as consequências da crise econômica mundial irrompida em outubro de 1929 sobre a economia cafeeira, aguçando suas contradições e, como escreveu Bóris Fausto, as “das instituições que consagravam seu predomínio”, radicalizaram a campanha eleitoral. No fim do ano, repetidos conflitos entre parlamentares situacionistas e oposicionistas tiveram um desenlace trágico com o assassinato, na Câmara dos Deputados, do deputado pernambucano Manuel Francisco Sousa Filho por seu colega gaúcho Ildefonso

Simões Lopes.

Cresceu, também, o apoio popular à Aliança Liberal. No dia 1º de janeiro de 1930, Getúlio Vargas, acompanhado de João Pessoa, leu sua plataforma de candidato numa grande manifestação popular realizada na esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro. Depois, a Aliança Liberal organizou caravanas que percorreram os estados fazendo a pregação de seu programa.

Choques violentos ocorreram em Garanhuns (PE), Vitória e Montes Claros (MG). Nesta última cidade, Carvalho Brito programara a realização de um Congresso do Algodão para o dia 6 de fevereiro. Quando o cortejo da Concentração Conservadora, encabeçado por Melo Viana, passou diante da residência do chefe aliancista local, João Alves, houve um tiroteio do qual resultaram vários mortos e feridos, entre estes últimos o próprio vice-presidente da República, pisoteado na confusão que se estabeleceu.

Houve então uma troca de telegrama entre o ministro da Justiça, Viana do Castelo, e Antônio Carlos, que acusou o governo federal de, através do bloqueio dos Correios e Telégrafos e da Estrada de Ferro Central do Brasil, impedir a comunicação e o acesso das autoridades estaduais a Montes Claros. Para Antônio Carlos, isto teria o propósito de exagerar os acontecimentos (segundo as primeiras informações, Melo Viana teria sido atingido por vários disparos no pescoço) e de suscitar a indignação da opinião pública. O inquérito aberto pelo governo mineiro foi acompanhado pelo procurador da República Luís Galloti.

O mais importante dos conflitos suscitados nos estados pela campanha eleitoral teve início no mesmo mês de fevereiro. Foi a revolta da cidade de Princesa, atual Princesa Isabel (PB), sob a liderança do chefe político local José Pereira Lima, contra o governo de João Pessoa. Assim como no episódio de Montes Claros, o governo federal não deu nenhum apoio ao governo estadual, ficando nítida sua hostilidade aos estados de Minas e da Paraíba no período pré-eleitoral.

### NA REVOLUÇÃO DE 1930

À medida que se aproximava a data das eleições, os políticos mais radicais da Aliança Liberal — como os mineiros Afrânio e Virgílio de Melo Franco e os gaúchos João Neves, José Antônio Flores da Cunha, João Batista Luzardo e Osvaldo Aranha, secretário

do Interior de Vargas — foram reforçando sua convicção de que Washington Luís impediria por todos os meios a vitória dos candidatos oposicionistas.

Começaram assim a contemplar a hipótese de desencadear um movimento armado contra o governo federal. Desde fins de 1929, passaram a ser procurados por oficiais revolucionários de 1922 e 1924, como Antônio de Siqueira Campos, Newton Estillac Leal, João Alberto Lins de Barros, Juarez Távora, Leopoldo Néri da Fonseca, Eduardo Gomes e Osvaldo Cordeiro de Farias. O principal intermediário entre os “tenentes” e as forças políticas mineiras e gaúchas foi Virgílio de Melo Franco, que era deputado estadual em Minas.

Essa primeira fase do movimento conspirativo não implicava, ainda, uma preparação para a luta armada, sendo os contatos realizados paralelamente à propaganda eleitoral da oposição. No fundo, segundo Virgílio de Melo Franco, os dirigentes dos três estados oposicionistas “não estavam de todo resolvidos a apelar para o extremo recurso da revolução, senão em último caso (...) O Sr. Antônio Carlos, sobretudo, tinha um supremo horror à idéia de revolução”.

No dia 1º de março de 1930, não foi difícil para Washington Luís — aplicando os métodos típicos da época, aos quais não se furtou a oposição, onde pôde — obter a vitória de Júlio Prestes e de seu companheiro de chapa, o baiano Vital Soares, com grande diferença de votos sobre a chapa da Aliança Liberal. Ganhou alento, então, a perspectiva de um movimento armado.

Em 19 de março, contudo, o chefe do PRR, Borges de Medeiros, deu uma entrevista reconhecendo a vitória de Júlio Prestes, considerando positivo o fato de ele ter superado Vargas por margem indiscutível, de modo a encerrar o assunto, e dizendo que o Rio Grande do Sul deveria, se convidado, cooperar com o futuro governo do vencedor.

Ao mesmo tempo, no Rio, João Batista Luzardo, que era um dos dirigentes do PL, entrou em contato com Virgílio de Melo Franco para lhe afirmar estarem as forças políticas gaúchas dispostas a adotar o caminho armado, sob a condição de que seu estado fosse acompanhado por Minas e pela Paraíba. Em 22 de março, foram ambos a Petrópolis (RJ) para entrar em entendimentos com o ex-presidente Epitácio Pessoa. Epitácio lhes disse que, antes de se pronunciar sobre a perspectiva da rebelião aberta, preferia aguardar a tomada de posição de Antônio Carlos. Virgílio e Batista Luzardo seguiram imediatamente para Juiz de Fora, onde se entrevistaram com o presidente de Minas. Luzardo foi autorizado a declarar



aos chefes políticos gaúchos e a Eptácio Pessoa que Antônio Carlos e seu estado aceitariam a solução sediciosa caso o Rio Grande do Sul a adotasse.

Na volta para o Rio, os dois políticos passaram por Petrópolis, onde Eptácio Pessoa concordou com a opinião de Antônio Carlos, comprometendo-se a consultar João Pessoa, a quem caberia a última palavra sobre a atitude da Paraíba. Luzardo chegou a Porto Alegre, com as opiniões de Antônio Carlos e Eptácio, no dia 25 de março, e reuniu-se imediatamente com Osvaldo Aranha, João Neves, Flores da Cunha e outros chefes políticos gaúchos envolvidos na conspiração. No dia seguinte, foi recebido por Vargas, a quem informou sobre os contatos realizados. De volta ao Rio no dia 28, relatou a Virgílio o resultado de sua viagem: Borges de Medeiros havia retificado suas declarações relativas à eleição de Júlio Prestes, Getúlio não deixara dúvidas quanto à sua disposição de desencadear o movimento, e Osvaldo Aranha se encontrava em plena atividade conspirativa.

No fim de março, Virgílio e Luzardo refizeram o roteiro anterior. Antônio Carlos os autorizou a convidar o coronel João Xavier de Brito para dirigir, em Minas, a preparação revolucionária. Como Xavier de Brito estivesse doente, em estado desesperador, convidaram em seu lugar o capitão Néri da Fonseca. Passaram a aguardar, no Rio, a chegada de Luís Aranha, que viria do Rio Grande do Sul com plenos poderes para discutir se se comprometeriam a entrar na revolução.

No pleito de 1º de março, os eleitores tinham votado também para a renovação do Congresso Nacional. A sem-cerimônia com que a maioria governista se serviu do processo de reconhecimento dos eleitos na Paraíba e em Minas foi mais um fator de indignação contra Washington Luís.

Em Minas, a junta apuradora, ligada a Carvalho Brito, instalou-se numa das salas do Conselho Municipal (Câmara de Vereadores) de Belo Horizonte, cujo prédio foi cercado por uma companhia do Exército. Os efetivos federais na capital mineira foram reforçados a partir de então. Outras medidas de hostilidade do governo foram denunciadas por Antônio Carlos, além do que ele chamou de “preparo e provocação de conflitos com os órgãos do poder estadual”: restrições dos serviços telegráficos e ferroviários, pertencentes à União; manejo de autoridades e funcionários federais com finalidades político-eleitorais, e processos tendentes a embaraçar a vida econômica e financeira do estado.

Na Paraíba, a junta apuradora diplomou todos os candidatos a deputado federal e o candidato a senador apresentados pela oposição estadual, “degolando” os aliancistas. Em Minas, numa decisão ratificada no dia 20 de maio pela Câmara dos Deputados, motivando novo protesto de Antônio Carlos, foram “degolados” 14 aliancistas, em benefício de candidatos apresentados pela Concentração Conservadora. A bancada mineira, fixada em 37 deputados com base numa população sabidamente superestimada em 7,4 milhões de habitantes (setecentos mil a mais do que a população que seria recenseada em 1940), foi assim “redimensionada”, ficando os aliancistas com 23 cadeiras (as bancadas paulista e baiana, que vinham em segundo lugar, tinham 22 deputados cada). Segundo John Wirth, “o desastre foi agravado pela perda de todas as presidências de comissões e pela imposição de sanções econômicas federais, coisa que nunca, até então, se fizera em Minas. Tratados como um pequeno estado, os mineiros optaram, relutantes, pela revolução”.

O esquema de preparação do movimento armado fora transmitido em abril, por Virgílio, Luzardo e Luís Aranha, a Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Antônio Carlos. Osvaldo Aranha acelerava a conspiração, encomendando na Tchecoslováquia cerca de 16 mil contos de réis em material bélico e munições. O Rio Grande do Sul deveria participar com a metade dessa soma, cabendo seis mil contos a Minas e dois mil à Paraíba.

Antônio Carlos concordou com o esquema proposto e incumbiu Francisco Campos de acompanhar Luís Aranha ao Rio Grande do Sul, para verificar *in loco* o andamento dos preparativos. Francisco Campos ficou no Rio Grande do Sul entre 18 e 27 de abril, quando voltou ao Rio de Janeiro. Depois de se entrevistar com Artur Bernardes, seguiu para Minas com Virgílio de Melo Franco e o capitão Néri da Fonseca. O presidente de Minas autorizou o início da preparação material do movimento. A tarefa militar do estado consistiria em distrair as tropas federais que nele se encontrassem e fechar as próprias fronteiras, atraindo tropas federais, que assim seriam retiradas da fronteira sul de São Paulo. Os sediciosos contavam dominar as tropas federais no Rio Grande do Sul e marchar em seguida rumo à capital da República.

No dia 27 de maio — depois da “degola” dos deputados aliancistas —, Antônio Carlos presidiu uma reunião da comissão executiva do PRM em que a participação de Minas no movimento armado foi por todos aprovada. Em 19 de junho, Vargas lançou um manifesto à nação, denunciando os procedimentos do governo federal no processo eleitoral e afirmando

não estar longe “a necessária retificação, para vermos a democracia brasileira no regime que exige a felicidade pátria”.

Nos dias seguintes, porém, Antônio Carlos começou a recuar. Numa entrevista com João Neves e Flores da Cunha, levados a Juiz de Fora por Virgílio de Melo Franco, declarou — segundo este último — que estava com o Rio Grande do Sul e seguiria a sua orientação, mas “insinuou que o melhor seria firmar-se uma sólida aliança entre os três estados para uma campanha política, ficando de pé o compromisso com a revolução, caso o governo federal interviesse na Paraíba”.

Dias depois, Virgílio levou a Belo Horizonte, para nova conversa com Antônio Carlos, o capitão Néri da Fonseca e Pedro Ernesto Batista, principal articulador do movimento no então Distrito Federal. Pedro Ernesto informou que fora escolhida a data de 16 de julho, a ser confirmada oportunamente, para a deflagração da revolução. O presidente de Minas mostrou-se hesitante e criticou o que considerava precipitação dos revolucionários gaúchos, aos quais acusou ainda de terem marginalizado Borges de Medeiros.

Virgílio de Melo Franco explicaria depois que ele e seus companheiros de conspiração atuantes em Belo Horizonte haviam exagerado muito, aos olhos de Antônio Carlos, a extensão dos preparativos do movimento, não só em Minas como em outros pontos do país, sobretudo em São Paulo. Em meados de junho, achando-se Virgílio ausente da capital mineira, chegaram de São Paulo dois emissários do tenente Henrique Holl, o principal responsável pela conspiração nesse estado. Levados a Odilon Braga, que substituíra Bias Fortes na Secretaria de Segurança, fizeram-lhe um relato que mostrava não ser a situação tão favorável quanto supunha Antônio Carlos. No mesmo dia, Francisco Campos recebeu pelo rádio — principal meio de contato entre os conspiradores, que trocavam mensagens cifradas — uma comunicação de Osvaldo Aranha na qual este fazia minuciosas indagações sobre a situação em Minas.

Antônio Carlos, ainda segundo o relato de Virgílio, ficou profundamente mal impressionado com o que chamou de falta de preparação do movimento. “Em São Paulo, dizia, a situação era muitíssimo diferente da que lhe tínhamos nós pintado. Além disto, acrescentava, naquele momento, poucos dias antes da projetada explosão revolucionária, Osvaldo Aranha ainda não sabia o que em Minas se passava. (...) Acusou-nos a todos de o estarmos envolvendo, e ao nosso estado, em uma aventura louca”, mostrando-se

“irredutível nos seus propósitos de fazer abortar o movimento”.

Em 17 de junho, Antônio Carlos ordenou a Francisco Campos que mandasse a Osvaldo Aranha um radiograma, assinado pelo secretário do Interior, afirmando que o presidente de Minas considerava o movimento inteiramente sem articulação, deficientemente preparado e sem probabilidade de sucesso, e propunha uma concertação entre Minas e o Rio Grande do Sul com vista a uma campanha política. Osvaldo Aranha respondeu instando o governo mineiro a se definir em relação à luta armada.

No dia 21, Francisco Campos voltou a se comunicar com Osvaldo Aranha, reiterando que Antônio Carlos preconizava, como diretriz, uma ação exclusivamente política, e concluindo com a opinião — que deu como sua, mas que lhe fora ditada pelo próprio presidente de Minas — de que o chefe do governo mineiro queria evitar o movimento.

Dois dias depois, veio a áspera resposta de Aranha: arcava o presidente de Minas com a inteira responsabilidade da desistência (“Meu pensamento situação pior que dos negros sofreram escravidão com menor ridículo”). Preocupado com a repercussão de sua atitude, Antônio Carlos procurou transferir a responsabilidade da participação ou não de Minas ao presidente eleito (em março) do estado, Olegário Maciel. Virgílio de Melo Franco, percebendo a manobra, obteve de Cristiano Machado, responsável pela pasta do Interior no secretariado escolhido por Olegário Maciel, que enviasse a este uma mensagem sugerindo-lhe uma resposta desencorajadora das pretensões de Antônio Carlos.

Em 27 de junho, depois de entendimentos realizados com a direção do PRM, Virgílio radiografou a Osvaldo Aranha dizendo-lhe que a situação não devia ser encarada com pessimismo, de vez que o presidente de Minas estava isolado em sua posição vacilante. Achava ainda que, se o Rio Grande do Sul exigisse o cumprimento do compromisso assumido, o próprio Antônio Carlos não faltaria à palavra dada. Osvaldo Aranha respondeu-lhe no dia seguinte: “Minha convicção você e eu vítimas mistificação vergonhosa. Estou farto dessa comédia. Impossível continuar sob direção chefe tão fraco que desanima os próprios soldados. Minha disposição inabalável abandonar vida política.” Entrementes, o recuo de Antônio Carlos deu a Getúlio o pretexto de que precisava para recuar ele próprio. Osvaldo Aranha se demitiu da Secretaria de Justiça do governo gaúcho. A primeira tentativa de desencadear a revolução fracassara.

Virgílio foi ao Rio para discutir a situação com João Neves, Lindolfo Collor (deputado

federal pelo PRR) e Maurício Cardoso, que estava em missão de observação, enviado pela comissão diretora do PRR. Virgílio e Maurício Cardoso realizaram novo périplo de conversações. Estiveram primeiro em Viçosa (MG), onde Virgílio obteve de Artur Bernardes uma carta dirigida a Olegário Maciel: “Não vejo saída digna para nós senão pela porta da revolução — única deixada aberta pelo inimigo.” Depois de contatos feitos em Belo Horizonte, resolveram voltar ao Rio, onde Maurício Cardoso aguardaria a chegada de Olegário Maciel, para entrevistar-se com ele na presença de Artur Bernardes e de Lindolfo Collor, que substituíra João Neves na liderança da bancada do PRR.

Enquanto os conspiradores mais obstinados lutavam para manter armada a trama revolucionária, que se desmanchava sob o efeito de fracassos e discordâncias, ocorreu o assassinato de João Pessoa, em Recife, no dia 26 de julho de 1930. Reinstalou-se então a perspectiva revolucionária. Antônio Carlos propôs a Getúlio o lançamento de um manifesto à nação no qual Washington Luís seria apontado como o mandante do assassinio e declarado, por isto, fora da lei. Vargas repeliu a idéia: “Um manifesto dessa natureza, sem a sua imediata e lógica sucessão, seria um suicídio e um crime.”

Virgílio de Melo Franco, que chegara a Porto Alegre junto com a notícia do assassinato de João Pessoa, tratou de informar aos chefes do PRM que a revolução viria, ainda que o Rio Grande do Sul a fizesse sem Minas. Reatou as negociações entre os dois estados, apesar de Antônio Carlos ter mandado dizer a Getúlio que ele não representava o pensamento de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, no Rio, Olegário Maciel declarou a Maurício Cardoso estar de acordo com o movimento, desde que ele ocorresse ainda sob o governo de Antônio Carlos, que lhe transmitiria a presidência do estado em 7 de setembro.

Osvaldo Aranha marcou a deflagração do movimento para 26 de agosto, mas, poucos dias antes, comunicou que não havia preparação suficiente para que ele eclodisse antes da posse de Olegário Maciel. Numa situação marcada por desconfianças recíprocas entre os conspiradores dos diferentes estados, a notícia gerou uma grande tensão.

Mário Brant, deputado federal do PRM, Djalma Pinheiro Chagas, secretário de Agricultura de Antônio Carlos, e Pedro Ernesto dirigiram-se aos gaúchos afirmando que o movimento só seria possível até 7 de setembro. Antônio Carlos, por seu turno, comunicou-se diretamente com Getúlio para validar a hipótese da eclosão da revolta depois daquela data, dizendo-se autorizado por Olegário Maciel a fazê-lo. Em 25 de setembro, finalmente,

Vargas e Osvaldo Aranha marcaram para 3 de outubro a data de deflagração da revolução. A hesitação de Antônio Carlos, no final de junho, provocando o adiamento do levante, acabou sendo benéfica para seu desencadeamento em Minas, segundo a opinião de Virgílio de Melo Franco, porque as tropas federais que reforçavam a guarnição de Belo Horizonte foram retiradas antes da posse de Olegário Maciel, cuja adesão à conspiração aparentemente não era levada a sério por Washington Luís, o qual, de resto, só percebeu a evidência dos fatos, de modo geral, quando eles já haviam ocorrido e produzido suas graves consequências.

A revolução começou em Porto Alegre às 17:30h do dia 3 de outubro. Às 11 da noite estavam dominadas todas as guarnições militares da capital gaúcha, à exceção de um batalhão de cavalaria, que se rendeu no dia seguinte. Em Belo Horizonte, a luta começou no mesmo momento, mas a resistência oferecida pelo 12º Regimento de Infantaria (12º RI), apesar da prisão de seu comandante, coronel José Joaquim de Andrade, na mesma tarde do dia 3, foi mais tenaz: o regimento resistiu ao cerco e aos ataques dos rebeldes (tropas da Força Pública) durante cinco dias.

Enquanto Odilon Braga, que fora secretário de Segurança até 7 de setembro, articulava as atividades revolucionárias na capital mineira, onde se encontravam Olegário Maciel e Artur Bernardes, Antônio Carlos e os outros chefes civis e militares do movimento, inclusive a maior parte do governo estadual, se deslocaram para a região de Barbacena e Juiz de Fora. Para aí se transportou a base de operações após a rendição do 12º RI, no dia 8. O 10º Batalhão de Cavalaria, de Ouro Preto, já fora dominado pelas forças rebeldes sediadas em Barbacena. Com o auxílio das tropas liberadas em Belo Horizonte pela rendição do 12º RI, foram dominados, no dia 15, o 11º RI de São João del Rei, e o regimento de cavalaria de Três Corações.

Em 24 de outubro, quando as tropas partidas do Rio Grande do Sul já estavam na fronteira do Paraná com São Paulo, Washington Luís foi deposto no Rio de Janeiro, assumindo o governo uma junta governativa militar. As intenções da junta não eram claras. Seus integrantes se declararam dispostos a aceitar que Vargas, o chefe da revolução, assumisse a presidência de um colegiado de governo. Mas os planos de Getúlio não previam a partilha do poder. Ele se tornou chefe do governo provisório em 3 de novembro, depois que a junta

cedeu diante da ameaça de as tropas rebeldes prosseguirem seu avanço rumo à capital federal.

#### DA LEGIÃO DE OUTUBRO AO PARTIDO PROGRESSISTA

A vitória da revolução fortaleceu, em Minas Gerais, a autoridade de Olegário Maciel — único governante estadual que não foi substituído por um interventor federal — e do PRM, representante dos grupos dominantes locais. O presidente do partido, Artur Bernardes, desempenhara um papel importante na preparação política do movimento, mantendo uma posição firme, que contrastava com a conduta vacilante de Antônio Carlos e do próprio Olegário Maciel.

A situação tornou-se entretanto instável, porque encerrava uma contradição entre os objetivos dos “tenentes” e dos jovens políticos radicais da Aliança Liberal, como Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, e os das forças políticas tradicionais. Para estas, a revolução havia sido “um movimento armado que visava a restabelecer o jogo político rompido por São Paulo”. Já a intervenção dos “tenentes” na vida política mineira “tinha como objetivo principal a neutralização do poder político das oligarquias, encontrando na facção bernardista um alvo e uma resistência”, conforme o trabalho de Helena Bomeny publicado em *Regionalismo e centralização política*.

Ao mesmo tempo, a divisão se instalara dentro do PRM desde o processo de escolha de Olegário Maciel para governar o estado, em outubro de 1929, e a subsequente criação da Concentração Conservadora, cuja atividade roubara ao candidato Getúlio Vargas muitos votos em Minas no pleito de 1º de março de 1930. Desde sua posse, no início de setembro, Olegário Maciel vinha se defrontando com sérias dificuldades para constituir dentro do PRM um grupo que pudesse servir de base de apoio ao seu governo. Era grande a influência de Bernardes em Minas, e ela pareceu crescer após o triunfo do movimento armado.

Ainda em novembro de 1930, os “tenentes” começaram a pressionar Olegário no sentido de estabelecer uma aliança antibernardista. O alvo mais importante, contudo, não era a presença de Bernardes na vida política mineira, mas o próprio PRM e seu sistema de poder, como expressões de uma mentalidade e de práticas que a revolução, na concepção dos “tenentes”, viera erradicar. Em 21 de novembro, Olegário recebeu um telegrama assinado

por vários ministros do governo provisório, pelo chefe de polícia do Distrito Federal, Batista Luzardo, e pelo ex-chefe do Estado-Maior das Forças Revolucionárias, tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, sugerindo a criação da Legião de Outubro em Minas, como instrumento de defesa e propagação dos ideais da revolução.

No fim do mês, Antônio Carlos se recusou a ser o patrono de uma “Legião Revolucionária Antônio Carlos”, instruindo seus correligionários a se enquadrarem no processo de formação da Legião de Outubro. Dias antes, a facção bernardista tinha sido golpeada com a demissão, por Olegário Maciel, de três secretários estaduais que haviam tentado convencê-lo a renunciar: Cristiano Machado (Interior), Alaor Prata (Agricultura) e José Carneiro de Resende (Finanças), substituídos, respectivamente, por Gustavo Capanema, Cincinato Noronha Guarani e Amaro Lanari.

No início de 1931, Antônio Carlos, da mesma maneira que Artur Bernardes, declinou o convite de Vargas para assumir uma embaixada no exterior (seu irmão José Bonifácio, porém, concordou em ser nomeado embaixador do Brasil em Lisboa).

A Legião de Outubro foi fundada em Minas no dia 27 de fevereiro de 1931, por Francisco Campos (ministro da Educação e Saúde Pública do governo provisório), Gustavo Capanema e Amaro Lanari, não tardando a revelar seu caráter fascistizante. Antônio Carlos integrou-se sem maior entusiasmo no movimento, sendo eleito para sua direção. Em 21 de abril, Francisco Campos organizou um desfile na Legião em Belo Horizonte. Os legionários, constituindo uma milícia uniformizada de “camisas cáqui”, acorreram de quase todos os municípios do estado. A organização passou então a denominar-se Legião Liberal Mineira, e conseguiu arregimentar um grande contingente de perremistas, através de pressões e intimidações.

No início de julho, Antônio Carlos afirmou em entrevista que o programa da Legião Mineira era a fusão do manifesto da Aliança Liberal com a plataforma do candidato Getúlio Vargas. Conforme Helena Bomeny, a ambiguidade marcou, desde o início, a Legião: “resultante de um projeto tenentista, viu-se na contingência de ser implantada por forças anárquicas do estado. Se ideologicamente caracterizava-se pela crítica ao regionalismo oligárquico, na prática era impulsionada por setores da oligarquia.”

O PRM resistiu ao assédio dos “tenentes” e das forças oligárquicas representadas no governo do estado e agregadas na Legião Mineira. Em 15 de agosto, iniciou-se em Belo



Horizonte, num clima de grande agitação, uma convenção do partido. Osvaldo Aranha, ministro da Justiça de Vargas, articulou um golpe militar para coincidir com a reunião. Seu objetivo era derrubar Olegário Maciel e colocar Virgílio de Melo Franco à frente do governo mineiro. A tentativa foi feita no dia 18, pelo comandante do 12º RI, coronel Júlio Pacheco de Assis, instruído por Osvaldo Aranha, mas fracassou diante da resistência de Olegário, respaldado pela força pública.

Artur Bernardes e outros membros do PRM foram detidos na capital mineira. O governo federal acabou definindo o 18 de agosto como um “lamentável equívoco”, sem maiores explicações. Antônio Carlos, que fora um dos defensores da permanência de Olegário no poder, temendo sobretudo um retorno de Bernardes à chefia do Executivo mineiro, repeliu como absurda a hipótese de um apoio do governo provisório ao PRM no episódio. Assim, o maior acusado foi o partido, na figura de Bernardes. O PRM entrou em desagregação.

No final de 1931, conquanto estivesse fora de cogitação entregar o poder ao bernardismo, percebeu-se que não se poderia governar Minas Gerais à inteira revelia desta facção. As forças antagonistas começaram a negociar um acordo, por inspiração de Getúlio e com a intermediação de Gustavo Capanema. A idéia era fundir num só partido a Legião de Outubro (que definitivamente não vingara como partido) e o PRM, para constituir a base de apoio dos governos estadual e federal. Em fevereiro de 1932, essa aliança ficou conhecida como “Acordo Mineiro” e se traduziu na criação do Partido Social Nacionalista (PSN), tendo Antônio Carlos, Bernardes, Venceslau Brás e Virgílio de Melo Franco na comissão diretora.

Daí até a eclosão da Revolução Constitucionalista de julho de 1932, a política mineira oscilou entre a defesa do governo provisório e o apoio à causa paulista. Em abril de 1932, Olegário Maciel, Antônio Carlos, Bernardes e Virgílio lançaram um manifesto declarando ser “dever do povo mineiro apoiar com firmeza o governo originado da revolução” e comunicando que emissários mineiros entrariam em contato com os líderes de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do movimento tenentista para tentar um acordo que garantisse a estabilidade do governo provisório.

Bernardes aderiu à causa constitucionalista, enquanto Antônio Carlos propendia para a busca de uma solução de compromisso que evitasse o confronto armado entre o governo de Vargas e os grupos dominantes paulistas, que contavam com o apoio popular. Olegário,

entrementes, hesitava. O primeiro efeito das novas divergências foi a dissolução do PSN em maio.

A Revolução Constitucionalista eclodiu em São Paulo no dia 9 de julho de 1932. Durante os primeiros dias, o governo mineiro permaneceu indeciso, até que, no dia 19, Olegário manifestou o apoio de Minas ao governo provisório. A revolução seria esmagada, após violentos combates, em 2 de outubro, quando foi assinada a rendição dos revoltosos. Bernardes, preso em Minas quando tentava articular o apoio armado a São Paulo, acabou sendo exilado em dezembro, como outros líderes presos em diversos estados.

Com o exílio de Bernardes, Djalma Pinheiro Chagas e Mário Brant, o PRM, agora definitivamente um partido de oposição, ficou bastante enfraquecido. Ao seu processo de desagregação contrapôs-se a reorganização partidária no estado, apoiada e estimulada por Vargas. Em fevereiro de 1933, essa reorganização teve seu desfecho com a fundação, por Olegário Maciel, Antônio Carlos, José Monteiro Ribeiro Junqueira, Gustavo Capanema e Virgílio de Melo Franco, do Partido Progressista (PP) de Minas Gerais. Antônio Carlos foi eleito para a presidência do partido, cargo que ocuparia até setembro de 1936.

### NA PRESIDÊNCIA DA CONSTITUINTE

As eleições para uma assembleia nacional constituinte marcadas por Vargas foram confirmadas para a data de 3 de maio de 1933. Em abril, Olegário Maciel encontrou-se com Getúlio e assegurou-lhe o apoio irrestrito da futura bancada progressista na Constituinte. Este prometeu, por sua vez, apoiar a indicação de um candidato mineiro à presidência da assembleia. Desde novembro de 1932, Antônio Carlos fazia parte de uma comissão designada pelo governo para elaborar o anteprojeto da Constituição. Após sua eleição para a presidência do PP, reforçou-se sua candidatura ao futuro cargo de presidente da Constituinte.

No pleito de 3 de maio de 1933, o PP elegeu 31 deputados constituintes (entre os quais Antônio Carlos), cabendo as outras seis cadeiras da representação mineira ao combalido PRM. Nos meses seguintes, Minas ascendeu ao primeiro plano da política nacional, sobretudo por deter a maior bancada na Constituinte (as proporções das representações estaduais que vigoravam no antigo regime foram mantidas).

No início de agosto, Juarez Távora, ministro da Agricultura, e os interventores Carlos de

Lima Cavalcanti (Pernambuco) e Juraci Magalhães (Bahia) viajaram a Belo Horizonte, onde asseguraram seu apoio à candidatura de Antônio Carlos, em troca do apoio mineiro às reivindicações dos estados nordestinos. Antônio Carlos estava comprometido desde abril com a eleição de Vargas para a presidência do primeiro governo constitucional após a Revolução de 1930, a ser realizada pela Constituinte, e reafirmou essa posição. O apoio de Vargas à sua candidatura tornou-se público em seguida a esses entendimentos.

O outro candidato era Virgílio de Melo Franco, também eleito constituinte na legenda do PP. Tinha o apoio de Osvaldo Aranha, que continuava querendo fazê-lo interventor em Minas, para que o estado se integrasse “política e administrativamente” ao novo regime. Entretanto, o nome de Virgílio era problemático para Vargas, não só do ponto de vista de suas reais possibilidades de coordenar a maioria governista na Assembleia, como também em relação à garantia de sua própria eleição para a presidência da República.

Em 10 de agosto, Olegário Maciel participou de uma reunião da comissão executiva do PP com os deputados eleitos, para definir a plataforma do partido na Constituinte. Apesar dos compromissos assumidos anteriormente com Vargas, o programa aprovado pelo PP nesse encontro colidia em vários aspectos com o projeto de Constituição elaborado pela comissão de que Antônio Carlos fizera parte entre novembro de 1932 e maio de 1933, e que fora presidida pelo ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco. Foram aprovadas teses como a manutenção do regime federativo, a autonomia dos estados e municípios, a dualidade da Justiça, a instauração de um regime representativo com duas câmaras eleitas pelo sufrágio popular e universal, e a oposição à representação de classes na Assembleia Constituinte. Esse programa era de tal modo impregnado pelas concepções federalistas “clássicas” (ou de tal modo correspondente a arraigados interesses regionais), que o próprio PRM não relutou em apoiar a candidatura de Antônio Carlos à presidência da Constituinte. Assim, apesar de todos os conflitos ocorridos em Minas após a vitória do movimento revolucionário, um novo equilíbrio político vinha sendo obtido no estado.

A morte de Olegário Maciel, no dia 5 de setembro, rompeu esse equilíbrio e precipitou a política mineira em nova crise. Imediatamente, Antônio Carlos apoiou a nomeação do secretário do Interior, Gustavo Capanema, para assumir em caráter interino a interventoria em Minas. Envolvido por Vargas no processo decisório da nomeação do interventor efetivo, que se arrastaria por mais três meses, Antônio Carlos viu mitigar-se a oposição de

Virgílio de Melo Franco, o rival de Capanema na disputa pela interventoria, a suas pretensões à presidência da Assembleia. A nomeação de Capanema era reivindicada pelo interventor no Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, enquanto a de Virgílio, como se sabe, atenderia às aspirações de Osvaldo Aranha.

“Para Vargas”, escreveu Helena Bomeny, “mais importante do que consolidar uma ligação de compromisso político com Aranha ou Flores da Cunha, pelo atendimento de suas aspirações na solução do caso mineiro, era garantir sua eleição à primeira presidência constitucional do país. O reconhecido peso político da bancada mineira no processo eleitoral era uma força de barganha que não poderia descartar. Fortalecer a um ou a outro desses políticos de legitimado peso nacional era, entre outros fatores, reconhecer a possibilidade de suas próprias eleições. A habilidade de Vargas caracteriza-se justamente pela forma como associa a presidência da Assembleia Nacional Constituinte à solução do caso mineiro. Ele apoia incondicionalmente o nome de Antônio Carlos para esse cargo, e em troca desse apoio recebe do líder progressista a confirmação de sua autoridade para escolher o novo interventor.”

Vargas não resolveu o problema mineiro antes da definição da situação na Constituinte. Em 11 de novembro, Antônio Carlos, indicado por Virgílio, foi eleito líder do PP. No dia seguinte, foi eleito presidente da Constituinte, recebendo 128 votos (metade do total mais um). Os 40 votos da bancada classista — obtidos depois que o PP reconsiderou sua posição inicial e passou a defender a participação dela na Constituinte — permitiram a vitória de Antônio Carlos logo no primeiro escrutínio.

A Assembleia Nacional Constituinte iniciou seus trabalhos em 15 de novembro de 1933. No dia seguinte, Osvaldo Aranha foi designado líder da maioria e, no dia 17, Virgílio de Melo Franco substituiu Antônio Carlos na liderança do PP.

A partir de então, Getúlio deixou transparecer sua intenção de não nomear nem Capanema, nem Virgílio. Encomendou ao PP listas de candidatos nas quais os dois não figuravam. Fez com que fosse acrescentado a uma delas o nome do deputado progressista Benedito Valadares, pouco mais que obscuro, mas que acabaria sendo nomeado para a interventoria em 12 de dezembro. Dessa forma, Vargas neutralizou os esforços de Osvaldo Aranha e Flores da Cunha, controlando ao mesmo tempo o avanço político de Antônio Carlos. Mais do que isso, estabeleceu um novo pacto político entre o poder federal e a política mineira.

Antônio Carlos teve de se contentar em influenciar na nomeação de dois secretários de governo de Valadares: Noraldino Lima (Educação) e Alcides Lins (Finanças). Capanema e Virgílio romperam politicamente com Vargas. O segundo foi acompanhado por seu pai, Afrânio de Melo Franco, e por Osvaldo Aranha, que pediram demissão, respectivamente, dos ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda. Depois de idas e vindas, Osvaldo Aranha acabou retirando seu pedido de demissão e permaneceu na pasta até julho de 1934. Capanema também se recomporia mais adiante com Getúlio, sendo nomeado ministro da Educação de seu governo constitucional.

Virgílio, acreditando ter perdido por obra de Antônio Carlos os cargos de presidente da Constituinte ou de interventor em Minas, passou a hostilizá-lo, mobilizando-se para obter sua renúncia. Vargas temia, entretanto, que a renúncia de Antônio Carlos acarretasse a quebra do compromisso da maioria da bancada mineira com sua eleição, e o presidente da Constituinte soube utilizar esse temor para garantir sua posição, com o apoio de 27 deputados do PP, cuja liderança passou a ser exercida por Valdomiro Magalhães, em substituição a Virgílio.

Além da matéria constitucional e das discussões sobre a maneira de examiná-la e sobre ela deliberar, temas da conjuntura política se introduziram nos debates da Assembleia, com os critérios para eleger o primeiro presidente constitucional e seus sucessores, a elegibilidade ou não de Vargas e dos interventores, a data da eleição, a anistia, a censura à imprensa. O PP tendeu a uma posição moderada, evitando atacar frontalmente as medidas governamentais e colocar em questão a manutenção de Vargas no poder. O PRM, mantendo uma postura oposicionista, reagiu veementemente a um possível continuísmo, chegando a lançar a candidatura do ministro da Guerra, general Góis Monteiro, à presidência da República.

Em fevereiro de 1934, a discussão girou em torno de uma possível inversão da ordem dos trabalhos, desejada por Vargas, de modo a que a eleição do presidente constitucional se desse antes do exame e votação do texto da nova Carta. A eleição acabou ficando para depois, mas foram adotadas medidas para acelerar os trabalhos da Assembleia.

Em abril, a bancada gaúcha apresentou um conjunto de proposições constitucionais que contrariavam substancialmente a linha programática do PP, entre as quais a definição da representação dos estados na Câmara dos Deputados em função do eleitorado, e não da

população, com números mínimos e máximos de deputados por estado, e a supressão do Senado Federal. O PP e o PRM convergiram na defesa da manutenção da representação proporcional à população — e sem teto numérico — e na manutenção do Senado como garantia da igualdade federativa.

Os deputados mineiros foram acompanhados pelos paulistas e baianos na rejeição das proposições gaúchas. O episódio funcionou como um teste para a eleição de Getúlio, mostrando o grau de imprevisibilidade do comportamento das grandes bancadas. Antônio Carlos, segundo Helena Bomeny, “teve que redobrar seus esforços para que seus correligionários progressistas apoiassem sem reservas a candidatura de Vargas”, cujo manifesto de lançamento ele e Valdomiro Magalhães, entre outros, assinaram.

A Assembleia Nacional Constituinte encerrou seus trabalhos em 16 de julho de 1934 e, no dia seguinte, elegeu Getúlio Vargas para a presidência da República, por 175 votos. Dez outros nomes foram sufragados (inclusive o de Antônio Carlos, que recebeu um voto), mas o grande derrotado no processo foi Góis Monteiro, que tentara arrebatar para si o cargo e recebeu apenas quatro votos.

#### NA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Promulgada a nova Constituição Federal, a Constituinte se transformou em Câmara dos Deputados, incorporando provisoriamente as funções do Senado. As eleições para a primeira legislatura ordinária do Congresso Nacional e para as assembleias constituintes estaduais — que elegeriam os novos governadores e os senadores federais, aprovariam as constituições estaduais e se transformariam em assembleias ordinárias — foram marcadas para 14 de outubro de 1934.

Antônio Carlos, que assumira automaticamente a presidência da Câmara, tornando-se o substituto legal do presidente Vargas (a Constituição de 1934 eliminou a figura do vice-presidente da República), foi um dos 26 deputados federais eleitos em outubro de 1934 na legenda do PP. O PRM, recuperando-se, aumentou sua participação na bancada mineira para 11 deputados, entre os quais o anistiado Bernardes. Para a Constituinte mineira, o PP elegeu 34 deputados, contra 14 do PRM.

Como afirma Edgar Carone: “O reforço do esquema governamental — Getúlio e oligarquias dos estados — torna praticamente pacífico o jogo político. A frente comum

formada pelas forças situacionistas na Câmara Federal representa maioria esmagadora e, contra ela, só se apresenta a Minoria Parlamentar. A oposição, ou as oposições, segundo as circunstâncias, existem e se organizam contra o governo, mas sua ação é limitada pela pequena representatividade, fator compensado pela combatividade de João Neves da Fontoura, Otávio Mangabeira e muitos outros. Apesar da pressão exercida sobre elas, o governo teme as suas denúncias e, sempre que possível, tenta acordo, para silenciá-las.”

Em janeiro de 1935, o ministro da Justiça, Vicente Rao, e o deputado Raul Fernandes apresentaram à Câmara um projeto de lei de segurança nacional. Diante das reações contrárias, o projeto foi substituído em fevereiro por um novo texto, de autoria do deputado Henrique Bayma, abrandando em alguns aspectos o original. A Lei de Segurança Nacional (Lei nº 38) foi aprovada pela Câmara em 27 de março e promulgada no dia 4 de abril, sob os protestos da oposição, que viu nela uma possível fonte de interpretações perigosas, capaz de levar à negação dos direitos políticos previstos na Constituição.

Na mesma data, em Belo Horizonte, instalou-se a Constituinte estadual, e o interventor Benedito Valadares foi eleito governador do estado, com os 34 votos do PP e na ausência da bancada do PRM. A oposição do PRM à eleição de Valadares havia conseguido incorporar um segmento dissidente do PP, incluindo-se aí parlamentares muito ligados a Antônio Carlos, como Arinos de Moraes Câmara. Entretanto, Getúlio, sondado por Antônio Carlos através de João Carlos Machado, líder da bancada majoritária gaúcha, havia deixado bem claro que, às voltas com dificuldades no Rio Grande do Sul e em São Paulo, não abriria mão da eleição de Valadares em hipótese alguma. Assim, Antônio Carlos nada pudera fazer senão obter a unanimidade da bancada progressista.

A primeira legislatura ordinária do Congresso Nacional teve início em 3 de maio de 1935, data em que Antônio Carlos foi confirmado na presidência da Câmara. No dia 17 de maio, tendo Vargas viajado ao Uruguai e à Argentina, assumiu interinamente a presidência da República, permanecendo no cargo até o retorno do presidente, em 8 de julho seguinte.

O fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização antifascista e nacionalista animada pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), foi, em julho de 1935, um dos episódios que marcaram o progressivo fechamento do regime, que culminaria com o golpe do Estado Novo em 1937. A solução golpista começara a se desenhar, como hipótese, com a aprovação da Constituição de 1934 e a

confirmação de Vargas na chefia do Executivo. A propensão a romper a legalidade constitucional, presente em primeiro lugar nas forças armadas, foi estimulada, em novembro de 1935, pela tentativa insurrecional com que os comunistas reagiram ao fechamento da ANL e à marcha do regime em direção ao autoritarismo, acompanhada pela ascensão da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento fascista.

O estado de sítio — trazendo em seu bojo a censura à imprensa — foi aprovado pelo Congresso após a eclosão, no dia 23 de novembro, da revolta comunista em Natal. Sem enfrentar reações maiores no Senado, foi combatido na Câmara pela Minoria Parlamentar (ou Oposições Coligadas), sendo aprovado por 172 votos contra 52. No dia 27, o prosseguimento da tentativa insurrecional em unidades militares da capital federal pareceu justificar a medida. Em dezembro, o estado de sítio foi transformado em estado de guerra. Instaurada inicialmente por 90 dias, essa medida de exceção seria prorrogada sucessivas vezes, sempre em nome da luta contra o comunismo, a partir de março de 1936, quando senadores e deputados oposicionistas foram presos sob a acusação de envolvimento no levante comunista.

Os trabalhos legislativos foram reabertos, após o recesso parlamentar de fim de ano, em 3 de maio de 1936. No dia 8, Antônio Carlos foi reeleito para a presidência da Câmara, exercendo cumulativamente a liderança da bancada do PP na casa. Desde janeiro, aparecia como possível candidato à sucessão de Vargas nas eleições diretas previstas para janeiro de 1938, juntamente com outros nomes, como o do interventor gaúcho Flores da Cunha.

Até a colocação aberta da questão sucessória, que se desenvolveu ao longo de 1936, os grupos dominantes da política nacional estiveram unidos no apoio às medidas de exceção. Em julho, o Congresso deu permissão para que fossem processados os parlamentares presos, e Vargas enviou ao parlamento uma mensagem propondo a criação de um tribunal de exceção, o Tribunal de Segurança Nacional, que começaria a funcionar em setembro.

A política de Benedito Valadares em Minas Gerais foi o fator determinante do processo que levaria Antônio Carlos a entrar em oposição a Getúlio. Valadares tentou estabelecer um acordo com o PRM, encontrando resistência por parte de Artur Bernardes. Procurou então Djalma Pinheiro Chagas, que se encarregou de realizar gestões junto a seus correligionários e, finalmente, transmitiu ao governador a conclusão de suas consultas: o candidato mais indicado à sucessão presidencial era Antônio Carlos.



Valadares, que desejava o fim do carlismo em Minas, preferiu então negociar com Francisco Campos, Virgílio de Melo Franco e outras lideranças atritadas com Antônio Carlos. Manteve no Rio dois encontros com Bernardes, que protelou sua decisão a respeito do acordo. A essa altura dos acontecimentos, Flores da Cunha tinha resolvido apoiar o nome de Antônio Carlos para a sucessão de Vargas. Compreendendo que a intenção de Valadares era destruir politicamente o presidente da Câmara, Flores da Cunha induziu Bernardes a evitar a conciliação.

Em agosto, Valadares promoveu a substituição de Abílio Machado na presidência da Assembléia Legislativa mineira, o qual era ligado a Pedro Aleixo, deputado do PP que exercia a liderança da maioria na Câmara Federal. Pedro Aleixo renunciou ao cargo. No dia 29 de agosto, Antônio Carlos, diante das pressões crescentes de Valadares, renunciou à liderança da bancada majoritária mineira. Dois dias depois, resolveu renunciar à presidência da Câmara, sabedor de que Valadares pedira a Vargas uma definição: ou ele ou Antônio Carlos.

Por iniciativa de João Carlos Machado, os parlamentares impediram que Antônio Carlos pronunciasse o discurso de renúncia. Havia no plenário um *quorum* excepcional, de cerca de duzentos deputados, nesse dia 31 de agosto. João Carlos Machado foi o primeiro a falar, no fim da tarde, evocando a atuação de Antônio Carlos desde a presidência da Constituinte e afirmando que ele continuaria a presidir a Câmara. Os deputados aplaudiram de pé, acompanhados pelas tribunas. Antônio Carlos quis falar, mas foi novamente impedido, desta feita por Levi Carneiro, do Rio de Janeiro, que também defendeu sua permanência no cargo. Mais de 30 deputados de diferentes estados e partidos revezaram-se na tribuna para exprimir sua solidariedade. De prorrogação em prorrogação, a Câmara entrara em sessão permanente.

À noite, finalmente, Antônio Carlos tomou a palavra: “Eu não estaria à altura de vossa estima se não obedecesse às ordens de um voto tão inequívoco. E seria ingrato e injusto para com os meus colegas se insistisse em manifestar um propósito que todos não querem ver concretizado.” A intromissão de Benedito Valadares e de Vargas, que lhe dava cobertura, fora repelida pela Câmara.

No dia seguinte, porém, Valadares reuniu os parlamentares do PP, que entrara em desagregação, e os deputados do PRM que não haviam permanecido fiéis a Bernardes —

como Cristiano Machado, José Francisco Bias Fortes e Djalma Pinheiro Chagas —, obtendo sua concordância com a renúncia de Antônio Carlos à liderança da bancada majoritária mineira e a aprovação do nome de Noraldino Lima, ligado a Venceslau Brás, para substituí-lo.

Em fins de 1936, afastadas as hipotéticas candidaturas de Antônio Carlos e Osvaldo Aranha à sucessão de Vargas, cresceu o apoio à candidatura de Armando de Sales Oliveira, governador de São Paulo. No dia 29 de dezembro, Armando de Sales demitiu-se do governo do estado para se desincompatibilizar. Em fevereiro de 1937, assumiu a presidência do Partido Constitucionalista de São Paulo, oficializando sua candidatura.

Com o país imerso num clima de tensão crescente, o ano de 1937 foi dominado pela questão da sucessão de Vargas. Este, em abril, reagiu ao lançamento da candidatura do ex-governador de São Paulo promovendo o lançamento da de José Américo de Almeida, articulada por Benedito Valadares.

Na abertura da terceira sessão legislativa do Congresso, em 3 de maio, as articulações de Valadares e Getúlio contra Antônio Carlos chegaram ao auge. Pedro Aleixo aceitou concorrer à presidência da Câmara e derrotou Antônio Carlos por 152 votos contra 131. A queda de Antônio Carlos seria depois interpretada como mais um passo para a instalação do Estado Novo. Embora Pedro Aleixo o tenha negado no fim de sua vida, como afirma Carlos Chagas, é amplamente aceita a versão de que participou de uma articulação subterrânea para derrubar Antônio Carlos.

Definitivamente batido por Valadares na política mineira, e por Vargas em âmbito nacional, Antônio Carlos fundou em Juiz de Fora, no dia 17 de maio, o Partido Progressista Democrático, para dar apoio a Armando Sales. Com integrantes do moribundo PP mais a dissidência do PRM, Valadares criou o Partido Nacionalista Mineiro, destinado a apoiar a candidatura de José Américo, lançada em 25 de maio. Ao mesmo tempo, Bernardes conduziu o PRM à união com todos os partidos e facções que apoiavam o candidato opositor.

Em 10 de junho de 1937, foi instalada no Rio de Janeiro, para fazer a campanha de Armando Sales, a União Democrática Brasileira, cuja comissão executiva provisória era presidida por Bernardes e integrada ainda por Antônio Carlos, Otávio Mangabeira, João Carlos Machado e Valdemar Ferreira.

As eleições não chegaram a se realizar. Em 10 de novembro, Vargas comandou um golpe que estabeleceu a ditadura do Estado Novo. Fechados o Congresso Nacional e as câmaras estaduais e municipais, Antônio Carlos perdeu seu mandato e abandonou definitivamente a política, para dedicar-se à atividade empresarial, como presidente do Banco Hipotecário Lar Brasileiro, vinculado à Companhia Sul América de Seguros.

Em 1943, recusou-se a assinar o *Manifesto dos mineiros*, documento distribuído clandestinamente no dia 24 de outubro, aniversário da Revolução de 1930. Articulado por um grupo de políticos opositores mineiros, o manifesto foi a primeira manifestação unitária expressiva das forças que desejavam o fim do Estado Novo. Antônio Carlos se teria recusado a juntar sua assinatura às dos 76 signatários do documento (aos quais se acrescentaram posteriormente outros 16) por ter sido ele uma iniciativa na qual tiveram papel destacado, entre outros, Virgílio de Melo Franco e Pedro Aleixo.

Antônio Carlos faleceu no Rio de Janeiro em 1º de janeiro de 1946.

De seu casamento com Julieta Guimarães de Andrada, em 1899, nasceram cinco filhos. Seus dois filhos homens atuaram na política mineira até o advento do Estado Novo: Fábio Ribeiro de Andrada foi constituinte estadual em 1935 e José Bonifácio Olinda de Andrada foi secretário da Educação e Saúde Pública de Minas no governo de Benedito Valadares, entre 1935 e 1936. De sua família tiveram ainda destaque no cenário político nacional seus sobrinhos José Bonifácio Lafayette de Andrada, deputado federal por Minas Gerais entre 1946 e 1979, e Antônio Carlos Lafayette de Andrada, que foi ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) de 1945 a 1969.

Antônio Carlos escreveu *Bancos de emissão no Brasil* (1923), além de artigos, relatórios oficiais e pareceres, e numerosos discursos. Em 1946, seu filho Fábio Andrada organizou uma coletânea de artigos intitulada *Antônio Carlos — o Andrada da República*. Sua neta Maria Andrada Batista de Oliveira Mega publicou, em 1980, a monografia *Antônio Carlos Ribeiro de Andrada*.

O arquivo de Antônio Carlos encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas. Em 1948, um dos distritos de Barbacena foi elevado à categoria de município com o nome de Antônio Carlos.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Antônio*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; BARROS, E. *Associação* (12/1976); *Boletim Min. Trab.* (5/36); *Brasil*; BRINCHES, V. *Dicionário; CÂM. DEP. Deputados; Câm. Dep. seus componentes*; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *República nova*; CHAGAS, C. 113; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CONSULT. RAMOS, N.; *Correio da Manhã* (5, 8/7/1931); *Correio do Povo*; *Cronologia da Assembléia*; *Diário do Congresso Nacional*; *Digesto Econômico* (9, 10/1970); *Encic. Barsa*; *Encic. prática Jackson*; FAUSTO, B. *Revolução*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FRANCO, V. *Outubro*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; GUIMARÃES, A. *Dicionário*; HIPÓLITO, L. *Manifesto*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Ilustração Brasileira* (7/9/1922); JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal* (30/3/1935); *Jornal do Brasil* (21/12/1972, 14/12/1977, 28/9/1980); *Jornal do Comércio*, Rio; LEVINE, R. *Vargas*; LIMA SOBRINHO, A. *Verdade*; LIRA, A. *Senado*; MEGA, M. *Antônio*; MIN. FAZ. *Ministros*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; *Noite*; *Novo dic. de história*; OLIVEIRA, M. *História*; *Personalidades*; RACHE, P. *Outros*; RAMOS, P. *Partidos*; *Regionalismo*; REIS JÚNIOR, P. *Presidentes*; *Rev. Bras. Estudos Pol.* (1/1966); SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1934; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SILVEIRA, A. *Encic.*; SODRÉ, N. *História da imprensa*; SOUSA, J. *Índice*; SOUSA SOBRINHO. *Importância*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*; TORRES, J. *História de Minas* (5).